

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO DO PARANÁ
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM
PROVA OBJETIVA
10/12/2006

ATENÇÃO: LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA

Confira, abaixo, o seu número de inscrição e nome. Assine **SOMENTE** no espaço abaixo reservado.

Confira, no cartão-resposta, o seu número de inscrição e nome. Comunique **IMEDIATAMENTE** aos aplicadores da prova qualquer irregularidade. **NÃO SERÃO ACEITAS** reclamações posteriores.

A interpretação das questões é parte integrante da prova, **NÃO SENDO PERMITIDAS** perguntas aos aplicadores da prova.

A prova é **INDIVIDUAL**, **SENDO VEDADAS** consultas de qualquer natureza.

O uso de qualquer recurso não permitido acarretará a imediata **ANULAÇÃO** da prova e a **ELIMINAÇÃO** do candidato do Exame.

Para cada questão há **APENAS UMA RESPOSTA**. Questão em branco ou com mais de uma alternativa assinalada, terá nota **ZERO**. Utilize os espaços em branco para rascunhos.

Utilize apenas caneta esferográfica com tinta **AZUL-ESCURA** ou **PRETA** para o preenchimento do cartão-resposta, que **NÃO PODE SER RASURADO, DODRADO** ou **AMASSADO**.

DURAÇÃO DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME

ASSINATURA

Ética na Advocacia

01 – Assinale a alternativa **CORRETA**. Como se classifica o ato do advogado que ingressa com reclamatória trabalhista, pleiteando verbas que seu cliente já recebeu do empregador que o dispensou, tendo ciência deste fato?

- a) prática de patrocínio infiel.
- b) cometimento de fraude processual.
- c) propositura de lide temerária.
- d) incidência em inépcia profissional.

02 – Assinale a alternativa **CORRETA**. Qual sanção disciplinar que será aplicada ao advogado que exerce prática reiterada de jogo de azar não autorizado por lei?

- a) censura.
- b) suspensão.
- c) exclusão.
- d) nenhuma, pois o ato não caracteriza infração disciplinar.

03 – Assinale a alternativa **CORRETA**. Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, o advogado pode ser suspenso preventivamente:

- a) somente depois do julgamento de mérito do processo disciplinar, com decisão irrecurável.
- b) pelo Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o advogado tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão especial para a qual deverá ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação.
- c) somente pelo Presidente do Conselho Seccional, após aprovação da sanção, por manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- d) somente se a infração cometida implicar em pena de exclusão dos quadros da OAB.

04 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes de interesses opostos.
- b) a conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas pelo cliente a qualquer momento.
- c) não é legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.
- d) as confidências feitas ao advogado pelo cliente podem ser utilizadas nos limites da necessidade da defesa, ainda que não autorizado pelo constituinte.

05 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, mesmo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.
- b) a jurisdição disciplinar da OAB exclui a comum, mas quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.
- c) o Conselho Seccional da OAB pode adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes, objetivando a que o profissional suspenso ou excluído devolva os documentos de identificação.
- d) o processo disciplinar é público, podendo ter acesso às suas informações as partes, seus defensores, a autoridade judiciária competente e terceiros interessados.

06 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional da OAB em cujo território tenha seu domicílio eleitoral.

II – No caso de mudança efetiva de domicílio eleitoral para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB correspondente.

III – O Conselho Seccional da OAB não deve suspender o pedido de transferência ou inscrição suplementar se verificar a existência de vício ou ilegalidade na inscrição principal, mas deve comunicar o fato ao Conselho Federal da OAB.

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

07 – Assinale a alternativa CORRETA:

a) o advogado pode requerer o registro, nos seus assentamentos, de fatos comprovados de sua atividade profissional ou cultural, ou a ela relacionados, e de serviços prestados à classe, à OAB e ao País.

b) os pedidos de transferência de inscrição de advogados são regulados pelo Regimento Interno do Conselho Seccional da OAB respectivo.

c) o advogado fica dispensado de comunicar o exercício eventual da profissão, até o total de 3 (três) causas por ano, acima do qual obriga-se à inscrição suplementar.

d) cancela-se a inscrição do advogado quando ocorrer a quarta suspensão, relativa ao não pagamento de anuidades distintas.

08 – Assinale a alternativa CORRETA:

a) o mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.

b) concluída a causa ou arquivado o processo, a cessação do mandato ocorre com a ciência do constituinte acerca do encerramento do feito ou com a prestação de contas, se for o caso.

c) o advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, ainda que por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

d) os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, podem representar em juízo clientes com interesses opostos, desde que haja expressa autorização dos constituintes.

09 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O Conselho Seccional da OAB deve oferecer os meios e suporte imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades do Tribunal de Ética e Disciplina.

II – O Tribunal de Ética e Disciplina deve organizar seu Regimento Interno, a ser submetido ao Conselho Seccional da OAB e, após, ao Conselho Federal da OAB.

III – A pauta de julgamentos do Tribunal de Ética e Disciplina é publicada em órgão oficial e no quadro de avisos gerais, na sede do Conselho Seccional da OAB, com antecedência de 7 (sete) dias, devendo ser dada prioridade nos julgamentos para os interessados que estiverem presentes.

- a) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- c) todas as afirmativas estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

10 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em 3 (três) anos, contados da data da consumação do fato.
- b) as Caixas de Assistência dos Advogados – CAA, criadas pelos Conselhos Seccionais, são dotadas de personalidade jurídica própria.
- c) a OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens, rendas e serviços.
- d) a participação do advogado em bens particulares de cliente, comprovadamente sem condições pecuniárias, só é tolerada em caráter excepcional, e desde que contratada por escrito.

Direito Civil

11 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – Antônio deve a Bernardo 200 mil reais por dívida contraída em 1º março de 2005 e vencida em 1º agosto de 2006 e mais 150 mil reais por dívida contraída em 1º junho de 2006 e vencida em 1º de julho de 2006, ambas com juros de mora fixados em 0,5% ao mês. Hoje, Antônio paga a Bernardo 100 mil reais em dinheiro, sem escolher qual débito está sendo solvido. Essa escolha também não foi feita pelo credor, que se limitou a firmar recibo declarando ter recebido aquele valor. Diante dessas informações, pode-se concluir que o pagamento em tela deverá ser reputado como adimplemento parcial da dívida contraída em 1º de março de 2005.

II – Antônio deve a Bernardo 200 mil reais por dívida contraída em 1º março de 2005 e vencida em 1º agosto de 2006 e mais 200 mil reais por dívida contraída em 1º junho de 2006 e vencida em 1º de julho de 2006. A dívida contraída em 1º de março é um mútuo feneratício em que foram pactuados juros remuneratórios de 1% ao mês e juros moratórios de 0,5% ao mês. A dívida contraída em primeiro de junho decorre de mútuo gratuito, para o qual foram fixados apenas juros de mora de 0,5% ao mês. Hoje, Antônio paga a Bernardo 100 mil reais em dinheiro, sem escolher qual débito está sendo solvido. Essa escolha também não foi feita pelo credor, que se limitou a firmar recibo declarando ter recebido aquele valor. Diante dessas informações, pode-se concluir que o pagamento em tela deverá ser reputado como adimplemento parcial da dívida contraída em 1º de março de 2005.

III – Antônio deve a Bernardo 200 mil reais por dívida contraída em 1º março de 2005 e vencida em 1º agosto de 2006 e mais 200 mil reais por dívida contraída em 1º junho de 2006 e vencida também em 1º de agosto de 2006, ambas com juros de mora fixados em 0,5% ao mês. A dívida contraída em 1º de março é um mútuo gratuito, ao passo que a dívida contraída em 1º de junho é um mútuo feneratício, com juros remuneratórios fixados em 1% ao mês. Hoje, Antônio paga a Bernardo 100 mil reais em dinheiro, sem escolher qual débito está sendo solvido. Essa escolha também não foi feita pelo credor, que se limitou a firmar recibo declarando ter recebido aquele valor. Diante dessas informações, pode-se concluir que o pagamento em tela deverá ser reputado como adimplemento parcial da dívida contraída em 1º de junho de 2006.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas a afirmativa II está correta.
- d) apenas a afirmativa III está correta.

12 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) ninguém pode ser obrigado a receber coisa diversa daquela que constitui objeto da prestação que lhe é devida, salvo se o devedor se propuser à entrega de coisa mais valiosa.
- b) nas obrigações de fazer, caso haja mora por parte do devedor, o credor sempre e em qualquer circunstância poderá, independentemente de autorização do devedor ou do juiz, contratar o atendimento da prestação por outrem, à conta de devedor, que realizará o ressarcimento devido.
- c) nas obrigações indivisíveis a suspensão do prazo prescricional em favor de um dos devedores aos demais aproveita, o que não ocorre nas obrigações solidárias e divisíveis.
- d) na obrigação de dar coisa incerta, o ato de concentração é, como regra, praticado pelo credor.

13 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) ainda que pactuado expressamente no contrato, o lugar do pagamento pode ser alterado tacitamente ao longo da execução da avença, conforme previsão expressa no Código Civil.
- b) o lugar do pagamento, previsto pelo Código Civil como o domicílio do devedor, somente pode ser alterado por lei ou por disposição contratual expressa em sentido contrário.
- c) admite o Código Civil que um negócio jurídico possa ser celebrado mediante comportamento concludente, sem que haja declaração expressa de vontade verbalizada por qualquer das partes, do que é exemplo o testamento particular realizado sem testemunhas pelo testador que está à beira da morte.
- d) o contrato de compra e venda de bens imóveis de valor superior a 30 (trinta) salários mínimos somente pode ser realizado validamente mediante escritura pública, salvo se decorrer de comportamento concludente.

14 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a resolução por onerosidade excessiva prevista no Código Civil não se aplica aos contratos de execução instantânea e imediata.
- b) o testamento é um negócio jurídico, pelo que se pode afirmar sua inequívoca natureza contratual, subordinando-se, em sua hermenêutica, ao princípio da boa-fé.
- c) ainda que a causa do desequilíbrio contratual seja superveniente à celebração da avença, restando caracterizada na fase de execução do contrato a desproporção manifesta entre as prestações, será anulável o negócio jurídico sob o fundamento da lesão.
- d) somente os contratos de duração podem ser anulados sob o fundamento da lesão.

15 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a procedência ou improcedência de uma ação reivindicatória de um bem imóvel deve ser aferida estritamente com base na titularidade constante do registro de imóveis, sendo sempre irrelevante o modo de exercício da posse por aqueles que ocupam o bem.
- b) a aquisição da propriedade de um bem imóvel por usucapião extraordinário poderá ocorrer em prazo menor do que 15 (quinze) anos caso se comprove que o possuidor estabeleceu sobre o imóvel sua moradia habitual.
- c) a garantia do direito de propriedade impõe a conclusão de que o possuidor direto só terá proteção possessória contra o possuidor indireto quando este último não for o proprietário do imóvel.
- d) pode-se sempre afirmar que, se a propriedade é produtiva, sua função social está sendo plenamente atendida.

16 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a função social da propriedade é norma de caráter dispositivo e supletivo, que pode ser afastada pela vontade das partes em um contrato, como, por exemplo, o contrato de locação de um bem imóvel urbano.
- b) o proprietário do bem locado é sempre possuidor, ao passo que o locatário é sempre detentor.
- c) nada obstante o usufruto seja um direito pessoal sobre coisa alheia, uma vez que se institui por meio de contrato, pode-se afirmar que o nu-proprietário é possuidor direto, ao passo que o usufrutuário é possuidor indireto.
- d) nada obstante seja a hipoteca, conforme o Código Civil, um direito real que incide sobre coisa alheia, não é o credor hipotecário, pelo simples fato da constituição do direito, possuidor nem detentor.

17 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) somente será objetiva a responsabilidade civil aplicável a uma dada atividade se a lei fizer previsão taxativa e específica da hipótese, cominando expressamente a responsabilidade por culpa presumida.
- b) a força maior pode ser reputada como uma excludente tanto da responsabilidade objetiva como da responsabilidade subjetiva por implicar a conclusão pela ausência de nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano, e não a pura e simples exclusão da culpa em sentido estrito.
- c) culpa presumida é sinônimo de responsabilidade objetiva, o que implica dizer que o dano causado pelo animal não será indenizado pelo seu dono se este provar que não teve culpa pelo evento.
- d) toda e qualquer atividade dotada de risco inerente, como a do médico e a do dentista, enquadra-se na previsão do Código Civil a respeito da responsabilidade objetiva por risco integral imposta àqueles que causarem dano em virtude do exercício habitual de atividades que coloquem em risco os direitos de outras pessoas.

18 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a personalidade jurídica das pessoas jurídicas de direito privado – que também pode ser denominada como direitos da personalidade – sempre poderá ser desconsiderada quando se revelar como óbice ao ressarcimento integral dos danos produzidos às pessoas naturais ou a outras pessoas jurídicas.
- b) a afirmativa constante do Código Civil de que “*toda a pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil*” comporta exceções, sendo exemplo mais emblemático a incapacidade absoluta dos menores de 16 (dezesseis) anos, pelo que se pode afirmar que somente são dotados de personalidade jurídica aqueles entes ou sujeitos aos quais a lei atribui plena capacidade de exercício.
- c) nem todos os direitos da personalidade se aplicam às pessoas jurídicas.
- d) atendendo ao princípio da segurança jurídica, base fundante do ordenamento jurídico, o Código Civil tipifica de modo exauriente o rol dos direitos da personalidade passíveis de proteção jurídica.

19 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o termo inicial suspende a aquisição do direito subjetivo.
- b) a condição suspensiva, quando implementada, interrompe a possibilidade de exercício de um direito subjetivo que já existia quando da celebração do negócio jurídico.
- c) em regra, enquanto o encargo não é cumprido, o beneficiário do ato de liberalidade não adquire o direito subjetivo.
- d) a inexecução do encargo imposto a uma liberalidade, em regra, não gera a extinção de pleno direito do direito adquirido por meio do ato de liberalidade.

20 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) até 2 (dois) anos após o divórcio, podem os cônjuges requerer em juízo a reconciliação, sem necessidade de celebração de novo casamento.
- b) o Código Civil admite que o casal se separe judicialmente mesmo sem realizar a partilha dos bens, que, todavia, é condição indispensável para a realização do divórcio.
- c) a mudança de regime de bens admitida pelo Código Civil pode ser requerida, com êxito, mesmo pelas pessoas casadas sob o regime da comunhão universal de bens.
- d) no regime da participação final nos aqüestos, prevê o Código Civil que, mediante disposição expressa em pacto antenupcial, podem os cônjuges afastar a necessidade de autorização do outro para prestar fiança ou aval.

Processo Civil

21 – Sobre a intervenção de terceiros no Processo Civil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I – Na denunciação da lide fundada na evicção, o adquirente poderá requerer a intervenção do alienante imediato, ou qualquer dos anteriores (*per saltum*).
- II – Não se admite, em hipótese alguma, a intervenção de terceiros nas causas que observam o procedimento sumário.
- III – No chamamento ao processo, forma-se litisconsórcio passivo facultativo por iniciativa do réu.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

22 – Sobre o litisconsórcio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o litisconsórcio necessário por disposição de lei, por se tratar de hipótese autônoma, independe da natureza da relação jurídica substancial objeto da lide.
- b) verificando o juiz a ausência da formação de litisconsórcio passivo necessário, de ofício ordenará a citação dos litisconsortes faltantes.
- c) se um dos litisconsortes passivos contestar a ação e o outro não, este será considerado revel, mas em hipótese alguma sofrerá os efeitos da revelia.
- d) a mera afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito não possibilita a formação de litisconsórcio.

23 – Sobre o processo de execução, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue im procedentes os embargos.

II – Não é cabível execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública

III – Na penhora de bem imóvel de um dos cônjuges, é indispensável a intimação do outro, mesmo quando o regime de casamento for o da separação de bens.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

24 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) cabem embargos infringentes quando acórdão não unânime reformar, em grau de apelação, a sentença terminativa.

b) cabe recurso especial contra decisão proferida, nos limites de sua competência, por órgão de segundo grau dos juizados especiais estaduais.

c) o recurso cabível da decisão proferida pelo juiz *a quo* que nega seguimento à apelação é o agravo de instrumento.

d) da decisão do plenário que resolve o incidente de inconstitucionalidade cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

25 – Sobre a citação no Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) na citação por edital, o prazo que o réu tem para oferecer defesa começa a correr na data da publicação do mesmo.

b) considera-se proposta a ação na data em que tenha sido efetuada citação válida.

c) é admissível a citação da União Federal pelo correio.

d) a citação com hora certa é uma modalidade de citação presumida (ou ficta).

26 – Sobre o recurso de apelação, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – O denominado efeito translativo pode, em certa medida, mitigar o princípio da proibição da *reformatio in pejus*.

II – Se a apelação for interposta no 1º (primeiro) dia do prazo e as custas, sem justo impedimento, só forem recolhidas no 15º (décimo quinto) dia do prazo, o recurso será considerado deserto.

III – Se a apelação for recebida em seu duplo efeito (devolutivo e suspensivo), o apelado só poderá, desde logo, promover a execução provisória da sentença.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) nenhuma das afirmativas está correta.

27 – Sobre os prazos no Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) a interposição de embargos de declaração, mesmo que intempestivos, sempre interrompe o prazo para a interposição de outros recursos.

b) conta-se em quádruplo o prazo para a Fazenda Pública opor embargos do executado.

c) se uma audiência de instrução e julgamento tem como data de realização uma quarta-feira, dia 25 (vinte e cinco), então o termo *ad quem* do prazo de 10 (dez) dias para o depósito do rol de testemunhas será na segunda-feira, dia 16 (dezesesseis).

d) não se aplica o benefício do prazo em dobro para recorrer, concedido aos litisconsortes com procuradores diferentes, quando a sentença produzir sucumbência apenas em relação a um deles.

28 – Sobre os embargos de terceiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) em embargos de terceiro não se anula ato jurídico, por fraude contra credores.
- b) não é admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel desprovido do registro.
- c) quem for parte do processo no qual ocorrer a constrição não pode, em hipótese alguma, manejar embargos de terceiro.
- d) se intimado da penhora em imóvel do casal, o cônjuge do executado não pode opor embargos de terceiro para defesa de sua meação.

29 – Sobre a antecipação da tutela, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é sempre sumária a cognição do juiz ao antecipar a tutela nos casos de pedido (ou parcela de pedido) incontroverso.
- b) fora das hipóteses expressamente previstas na Lei nº 8.245/1991 (Lei de Locações), é vedado ao juiz antecipar a tutela visando o despejo do locatário.
- c) o juiz pode antecipar a tutela na sentença.
- d) a antecipação da tutela só será concedida quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

30 – Sobre o novo regime do agravo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a regra é que o agravo seja retido, a exceção que seja por instrumento.
- b) o recurso de agravo de instrumento só é cabível quando a decisão puder causar à parte lesão grave ou de difícil reparação.
- c) a decisão do relator que converter o agravo de instrumento em retido é irrecorrível.
- d) o agravo cabível contra decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento deverá ser interposto oralmente e na própria audiência, sob pena de preclusão.

Direito Comercial e Empresarial

31 – Sobre os títulos de crédito, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a omissão de qualquer requisito legal, que tire ao escrito a sua validade como título de crédito, implica a invalidade do negócio jurídico que lhe deu origem.
- b) o título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, não pode ser preenchido *a posteriori*, mesmo que de conformidade com os ajustes realizados.
- c) aquele que sem ter poderes ou excedendo os que têm, lança a sua assinatura em título de crédito como mandatário ou representante de outrem, fica pessoalmente obrigado e, pagando o título, tem ele os mesmos direitos que teria o suposto mandante ou representado.
- d) o título de crédito pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e na conformidade das normas que disciplinam a sua circulação.

32 – Sobre os direitos tutelados pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os direitos individuais homogêneos são direitos decorrentes de danos individualmente sofridos, de origem comum, podendo a ação ser ajuizada por um único consumidor em benefício dos demais.
- b) os direitos difusos e os direitos coletivos *stricto sensu* são transindividuais e de natureza indivisível.
- c) os direitos difusos são transindividuais, de natureza divisível e não pressupõem uma relação jurídica base, sendo titulares pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.
- d) os direitos coletivos *stricto sensu* são transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

33 – Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a Constituição da República elenca, no seu artigo 5º, os direitos e deveres individuais e coletivos. Dentre estes encerra-se o direito de se associar e permanecer associado. Embora isso esteja claramente prescrito no preceito constitucional, a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) limita o direito de retirada do acionista a hipóteses específicas, como, dentre outras, a da criação de ações preferenciais ou o aumento de classe de ações preferenciais existentes.
- b) a assembléia-geral poderá deliberar a redução do capital social se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados, ou se julgá-lo excessivo.
- c) os acordos de acionistas, sobre a compra e venda de suas ações, preferência para adquiri-las, exercício do direito a voto, ou do poder de controle deverão ser observados pela companhia quando arquivados na sua sede. As obrigações ou ônus decorrentes desses acordos, como são atos entre particulares, não poderão ser oponíveis a terceiros, mesmo que averbados nos livros de registro e nos certificados das ações.
- d) a assembléia-geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

34 – Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- b) o Código Civil acolheu a hipótese jurídica de dissolução parcial da sociedade.
- c) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- d) nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

35 – Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso. Dessas decisões decai em 3 (três) anos o direito de anulá-las quando violarem a lei ou estatuto, ou forem evitadas de erro, dolo, simulação ou fraude.
- b) prescreve em 1 (um) ano a pretensão do segurado contra o segurador.
- c) prescreve em 1 (um) ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- d) prescreve em 1 (um) ano a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.

36 – ANULADA

37 – Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o uso da firma ou denominação social é privativo dos administradores que tenham os necessários poderes.
- b) ao início de cada exercício social, proceder-se-á à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.
- c) o exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, em qualquer tempo, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.
- d) se o contrato permitir administradores não sócios, a designação deles dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização. O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração. Se o termo não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.

38 – Sobre a proteção das relações de consumo, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) as vítimas dos acidentes de consumo são consideradas consumidores equiparados.
- b) exceto no caso de engano justificável, o consumidor que for cobrado em quantia indevida terá direito à repetição do indébito, no dobro do valor que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e de juros legais.
- c) a inversão do ônus da prova pode ser decretada pelo juiz se, cumulativamente, as alegações do consumidor forem verossímeis e, também, se o consumidor for hipossuficiente.
- d) quando o consumidor adquire um produto essencial e este apresenta vício, pode imediatamente ser exigida a devolução do dinheiro, a substituição do produto ou o abatimento do preço.

Direito Penal

39 – Sobre os princípios penais de garantia, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o princípio da insignificância exclui a conduta.
- b) o princípio da intervenção mínima privilegia formas de controle social extra-penais.
- c) o princípio da culpabilidade admite somente a culpa como forma de imputação.
- d) o princípio da legalidade admite Medida Provisória como apta a criminalizar condutas, pois pode ser convertida em lei.

40 – Sobre norma e lei penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a lei penal pode retroagir em qualquer caso.
- b) a lei penal brasileira aplica-se a todos os crimes ocorridos no Brasil.
- c) a lei penal brasileira não se aplica a nenhum crime ocorrido fora do território nacional.
- d) admite-se a interpretação extensiva *in bonam partem* (em favor do acusado).

41 – Sobre o conceito de crime, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o conceito analítico de crime não inclui a conduta humana.
- b) o conceito analítico de crime inclui diversos estágios que deve ter a conduta para ser tida como crime.
- c) o conceito de crime será definido em cada caso concreto.
- d) o conceito de crime exclui a idéia de ilicitude.

42 – Sobre as sanções penais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o sistema atualmente em vigor no Brasil permite a cumulação de penas e medidas de segurança, para os criminosos de alta periculosidade.
- b) as penas privativas de liberdade devem obrigatoriamente ter seu cumprimento iniciado em regime fechado, com posterior progressão.
- c) as medidas de segurança podem ser aplicadas, também, aos adolescentes infratores que se mostrem inadaptados socialmente.
- d) as penas de multa e restritivas de direito são penas alternativas às privativas (ou restritivas) de liberdade.

43 – Sobre a ilicitude (antijuridicidade) e a culpabilidade, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a legítima defesa real não pode ser argüida em face do estado de necessidade.
- b) o estado de necessidade é construção doutrinária, não se encontrando no texto de lei.
- c) a imputabilidade penal é o momento de análise das condições de sanidade e maturidade do sujeito.
- d) embora o desconhecimento da lei seja inescusável, a potencial consciência da ilicitude pode ser afastada pelo erro de proibição.

44 – Sobre as formas especiais de cometimento de crime, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a tentativa, para fins de apenamento, é equiparada à desistência voluntária e ao arrependimento eficaz.
- b) o concurso de pessoas prevê sempre a pluralidade de condutas.
- c) o concurso de crimes não exige sempre a ocorrência de mais de uma ação ou omissão.
- d) o concurso de crimes pode ocorrer ainda que os crimes sejam praticados em concurso de pessoas.

45 – Sobre a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o preso que trabalha conta com o benefício da remição: cada 5 (cinco) dias trabalhados equivalem a 1 (um) dia de pena remido.
- b) os condenados serão classificados segundo seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- c) a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso.
- d) é direito do preso a proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, descanso e recreação.

46 – Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) ao adolescente infrator não se aplicam penas, porém medidas de cunho educativo e protetivo, com duração de, no máximo, 5 (cinco) anos.
- b) o Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção.
- c) as medidas sócio-educativas não têm como objetivo primário a punição do adolescente infrator, mas sim a sua educação e formação.
- d) a mais leve das medidas sócio-educativas é a "*advertência*", que consiste na admoestação verbal posteriormente reduzida a termo.

47 – Sobre os crimes hediondos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o rol dos crimes hediondos é taxativo, não permitindo interpretação extensiva.
- b) a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e o terrorismo são crimes equiparados a crimes hediondos.
- c) os crimes considerados hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e livramento condicional.
- d) o homicídio simples é considerado crime hediondo somente quando praticado por grupo de extermínio.

48 – Sobre a Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a fauna de determinado local pode ser conceituada como a totalidade de animais que lá habitam. Os animais podem ser divididos em domésticos, domesticáveis ou silvestres.
- b) nos termos da lei, as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e civilmente, não sendo possível sua responsabilização penal.
- c) os antecedentes e a situação econômica do réu são critérios para a orientação da autoridade competente para a aplicação da sanção.
- d) a lei objetiva a proteção do meio ambiente em sua dimensão global, abrangendo o meio ambiente natural (solo, água, ar), cultural (patrimônio artístico, turístico, paisagístico) e artificial (espaço urbano construído).

Processo Penal

49 – Sobre a ação penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) classifica-se em pública e privada; a pública subdivide-se em condicionada e incondicionada e a privada pode ser exclusiva, personalíssima ou subsidiária.
- b) a decadência é o decurso de prazo sem manifestação do ofendido ou do seu representante legal, após o oferecimento da denúncia.
- c) a perempção aplica-se a todas as hipóteses de ação penal privada.
- d) a ação penal pública condicionada é equiparada à ação penal privada, em face do interesse da vítima.

50 – Sobre a investigação preliminar, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Inquérito Policial é indispensável e deve ser formulado pela autoridade policial a fim de coletar elementos sobre autoria e materialidade.
- b) o Inquérito Penal é dispensável, mas se existir deve acompanhar a denúncia, se ofertada pelo Ministério Público.
- c) as nulidades ocorridas na fase de Inquérito Policial contaminam a ação penal que dele decorrer.
- d) não podem ser consideradas como formas de investigação preliminar: o Inquérito Parlamentar e o Inquérito Policial Militar.

51 – Sobre a prova testemunhal e o depoimento da testemunha, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a testemunha pode trazer depoimento por escrito, desde que o subscreva, declarando solenemente em audiência que aquilo corresponde à verdade.
- b) o depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, não sendo vedada, porém, a breve consulta a apontamentos.
- c) o juiz somente poderá aceitar que a testemunha apresente depoimento por escrito, se entender que realmente é impossível obtê-lo verbalmente.
- d) em homenagem ao princípio da celeridade processual, é possível a testemunha trazer depoimento por escrito, sempre que o juiz autorizar.

52 – Sobre a atuação do advogado no Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o advogado constituído pelo réu pode ser substituído por outro indicado pelo Ministério Público se este estiver melhor preparado para a defesa do acusado.
- b) a legislação determina que o advogado seja previamente intimado para acompanhar o julgamento dos *habeas corpus* impetrados perante os Tribunais.
- c) o advogado poderá entrevistar-se pessoal e reservadamente com o seu cliente antes das audiências, inclusive a do interrogatório.
- d) a atuação do advogado que atende, simultaneamente, dois clientes, cujas defesas sejam colidentes, não gera nenhuma consequência.

53 – Sobre a citação do réu que está se ocultando, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o juiz poderá proceder à citação por hora certa.
- b) o juiz poderá proceder à citação por edital.
- c) o juiz poderá determinar a suspensão do processo e do prazo prescricional até que o réu seja regularmente citado.
- d) o juiz poderá nomear um advogado dativo para apresentar a defesa prévia e dar o réu por citado face à ocultação certificada pelo oficial de justiça.

54 – Assinale a alternativa **CORRETA**. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor. Deste modo, a constituição de defensor do acusado em processo criminal:

- a) independe de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- b) dependerá sempre da outorga de instrumento de mandato que pode ser público ou particular.
- c) independe da outorga do mandato ou de indicação, bastando, apenas, que o advogado se apresente perante o juiz como defensor em qualquer fase do processo.
- d) independe de instrumento de mandato se o acusado o indicar por ocasião da citação.

55 – Sobre os processos de competência do Tribunal do Júri, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a defesa poderá juntar documentos a qualquer tempo, em homenagem à verdade real.
- b) o plenário do Tribunal do Júri pode julgar, em alguns casos, crimes que não sejam dolosos contra vida.
- c) ainda que esteja preso o réu, não há prazo legalmente estabelecido para ser julgado em plenário.
- d) a absolvição sumária é aquela que reconhece causa excludente de ilicitude ou dirimente de culpabilidade.

56 – Sobre a sentença criminal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) considera-se sentença absolutória aquela que julga improcedente a pretensão deduzida pela acusação.
- b) deve haver correlação entre o fato descrito na denúncia e o fato pelo qual o réu é condenado.
- c) para que o magistrado acolha a pretensão punitiva deve haver indícios suficientes de autoria e materialidade da imputação contida na exordial.
- d) a publicação da sentença ocorre com sua entrega em mão do escrivão.

57 – Sobre a instrução criminal do processo comum, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o juiz, ao receber a queixa ou denúncia, designará dia e hora para o interrogatório, ordenando a citação do réu e a notificação do Ministério Público, e, se for o caso, do querelante ou do assistente.
- b) o réu ou seu defensor poderá, logo após o interrogatório ou no prazo de 3 (três) dias, oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
- c) se as testemunhas de defesa não forem encontradas e o acusado, devidamente intimado, não indicar outras em substituição, prosseguir-se-á nos demais termos do processo.
- d) será considerado revel o réu que, citado por edital, não comparecer e não nomear defensor.

58 – Sobre os recursos e ações autônomas de impugnação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o *habeas corpus* pode ser impetrado contra atos de autoridade policial ou judicial.
- b) a revisão criminal pode ser proposta ainda que extinta a punibilidade do réu.
- c) a apelação criminal é recurso que, de regra, devolve à instância superior a matéria de fato e de direito.
- d) o recurso em sentido estrito e o protesto por novo júri são recursos exclusivos da defesa.

Direito do Trabalho

59 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) sobre a licitude do objeto do contrato de trabalho tem-se que o trabalho proibido é aquele que compõe um tipo legal penal e ilícito aquele que se realiza em desrespeito a norma imperativa vedatória do labor em certas circunstâncias.
- b) as anotações realizadas na carteira de trabalho do empregado geram presunção *juris tantum*.
- c) antes de o empregado adquirir capacidade plena é defeso firmar recibo de pagamento de salário sem a assistência de seus pais ou responsável.
- d) o contrato de trabalho entre apontador de jogo do bicho e o dono da banca será considerado válido ante os princípios protetivos do Direito do Trabalho.

60 – Sobre a Convenção Coletiva de Trabalho e o Acordo Coletivo de Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) diferem quanto ao conteúdo que podem abranger.
- b) diferem quanto às partes que os celebram.
- c) diferem quanto à forma particular ou pública do instrumento.
- d) diferem quanto à homologação pela Justiça do Trabalho.

61 – Sobre o trabalhador rural, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é o trabalhador contratado para realizar cultivo de horta destinada ao consumo familiar.
- b) é o trabalhador em empresa de reflorestamento.
- c) é o motorista que trabalha no âmbito de empresa cuja atividade é preponderantemente rural.
- d) é o trabalhador que labora no perímetro urbano, exercendo suas atividades em propriedade rural ou prédio rústico.

62 – Sobre equiparação salarial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.
- b) é desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
- c) para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.
- d) o conceito de "*mesma localidade*" de que trata o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho refere-se, em princípio, ao mesmo município, ou a municípios distintos que, comprovadamente, pertençam à mesma região metropolitana.

63 – Sobre o contrato individual de trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o contrato de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado e indeterminado.
- b) o contrato de trabalho por prazo determinado é válido em se tratando de atividades empresariais de caráter transitório.
- c) a mudança de propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- d) o contrato de trabalho por prazo determinado não admite prorrogação.

64 – Sobre férias, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) para efeitos de proporcionalidade, considera-se mês a fração superior a 14 (quatorze) dias.
- b) a prescrição do direito de reclamá-las é contada do término do período concessivo ou, se for o caso, da cessação do contrato de trabalho.
- c) a percepção de benefício previdenciário em caso de acidente de trabalho e auxílio-doença, independente da sua duração, não afeta o período aquisitivo.
- d) o abono pecuniário (conversão em dinheiro de 1/3 do período de férias a que tiver direito) é faculdade do empregado, que deverá solicitá-lo até 15 (quinze) dias antes do término do período aquisitivo.

65 – Sobre a jornada de trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o empregado sob o regime de tempo parcial não poderá prestar horas extras.
- b) o empregado menor só poderá prorrogá-la, via contratação coletiva, visando a sua compensação.
- c) o empregado aprendiz não poderá prorrogá-la ou compensá-la.
- d) a empregada maior de idade só poderá prorrogá-la, via ajuste individual ou norma coletiva, visando a compensação de horas.

66 – Sobre descansos intervalares, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- b) no regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias.
- c) quando o intervalo alimentar não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- d) o limite mínimo de uma hora, para os trabalhadores sujeitos a carga de trabalho superior a 6 (seis) horas, poderá ser reduzido, bastando para tanto a negociação coletiva a respeito e a não sujeição dos empregados ao regime de trabalho prorrogado.

67 – Sobre o regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é facultativa a sua adoção para o empregado doméstico.
- b) é obrigatória a sua adoção para o empregado doméstico.

c) a sua adoção para o empregado doméstico, importa em estender-lhe o benefício do seguro-desemprego, nos limites da lei.

d) feita a sua adoção para o empregado doméstico, não é dado ao empregador reconsiderá-la.

68 – Sobre negociação coletiva, segundo a legislação e a jurisprudência reiterada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) é meio idôneo para ajustar a redutibilidade salarial.

b) é meio idôneo para ajustar jornada superior a 6 (seis) horas nos turnos ininterruptos de revezamento.

c) é meio idôneo para ajustar a compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre.

d) é meio idôneo para ajustar a supressão ou a redução do intervalo intra-jornada.

Processo do Trabalho

69 – Sobre a execução no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) elaborada a conta e tornada líquida, deverá o juiz abrir às partes prazo sucessivo de 8 (oito) dias para a impugnação fundamentada.

b) os juros de mora, na liquidação de sentença, são devidos a partir da data da exigibilidade do crédito.

c) o prazo para embargar a execução, pelo executado, é de 8 (oito) dias, possuindo o exeqüente igual prazo para impugnação.

d) serão julgados na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhistas e previdenciário.

70 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) somente a exceção de suspeição suspende o andamento do feito.

b) da decisão da exceção de incompetência cabe recurso de agravo de instrumento.

c) o depoimento prestado por amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes valerá como informação, mas, os parentes até o terceiro grau civil não podem depor, ainda que na qualidade de informantes.

d) nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.

71 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) no Processo do Trabalho em geral os prazos contam-se com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes.

b) o momento próprio para a parte interessada arguir a incompetência em razão da matéria é na contestação. Não o fazendo, sujeita-se a preclusão.

c) nos casos de litigância de má-fé, se o juiz, de ofício, condenar o litigante que adotar as condutas previstas na legislação processual civil a indenizar à parte contrária os prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e as despesas que efetuou, estará proferindo sentença *ultra petita*.

d) no Processo do Trabalho a realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade. Quando não for possível sua realização como em caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova.

72 – Sobre dissídio coletivo, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica prescinde da autorização da assembléia-geral dos interessados, mas não prescinde da etapa negociada prévia para buscar solução de consenso.

b) o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica não prescinde da autorização da assembléia-geral dos interessados, mas prescinde da etapa negociada prévia para buscar solução de consenso.

c) o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica não prescinde da autorização da assembléia-geral dos interessados, nem da etapa negociada prévia para buscar solução de consenso.

d) o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica, além de não prescindir da autorização da assembléia-geral dos interessados, nem da etapa negociada prévia para buscar solução de consenso, necessita do comum acordo para sua formulação.

73 – Assinale a alternativa **CORRETA**. Inconformada com uma decisão do magistrado na execução, a parte apresenta, tempestivamente, agravo de petição. O juiz, porém, deixa de recebê-lo alegando não ser cabível na espécie. Que medida deve se tomada pelo advogado da parte para resguardar o direito de seu cliente?

- a) apresentar reclamação correicional, no prazo de 5 (cinco) dias, perante o Tribunal Regional do Trabalho.
- b) interpor agravo de instrumento, no prazo de 8 (oito) dias, perante a Vara do Trabalho.
- c) interpor recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias, perante a Vara do Trabalho.
- d) impetrar mandado de segurança, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, perante o Tribunal Regional do Trabalho.

74 – Sobre a reconvenção no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) no procedimento ordinário, o reclamado, para postular um direito em face do reclamante, poderá fazê-lo por meio da reconvenção.
- b) o reclamado que possuir, em relação ao reclamante, créditos maiores do que aquele postulado na petição inicial, fundados em fatos conexos aos da reclamatória trabalhista, poderá obter a satisfação integral de seus créditos através de reconvenção ou compensação.
- c) o momento oportuno para o oferecimento da reconvenção será na audiência destinada à defesa do reclamado, devendo ser apresentada simultaneamente à contestação.
- d) o reclamado que possuir créditos em relação ao reclamante, fundados em fatos não decorrentes da relação de trabalho, só poderá postulá-los por meio de ação autônoma, em uma relação processual diversa, haja vista que a competência do juízo em que foi proposta a ação inicial consiste em um dos requisitos de admissibilidade da reconvenção.

75 – Sobre os recursos no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) no Processo do Trabalho os recursos serão interpostos por simples petição e em regra terão efeito suspensivo e devolutivo.
- b) transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância do depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz.
- c) nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, interposto o recurso, será notificado o recorrido para oferecer as suas razões em prazo igual ao que tiver tido o recorrente.
- d) o recurso adesivo é compatível com o Processo do Trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, recurso de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

76 – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o não comparecimento do reclamado à audiência para a qual havia sido intimado a depor, sob pena de confissão, implica em confissão real e na revelia.
- b) a conciliação deve ser proposta desde que declarada aberta a audiência, antes mesmo de oferecida defesa.
- c) cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito para apuração de falta grave, caso em que este número poderá ser elevado para 6 (seis).
- d) a reclamação trabalhista poderá ser escrita ou verbal, enquanto que o inquérito para apuração de falta grave somente poderá ser iniciado por meio escrito.

77 – Sobre a prova no Processo do Trabalho assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- b) os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir.
- c) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.
- d) é ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma exigida pela Consolidação das Leis do Trabalho. A não-apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção absoluta de veracidade da jornada de trabalho, não podendo ser elidida por prova em contrário.

78 – Sobre os recursos no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
- b) é ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso.
- c) salvo nas hipóteses de terceirização de mão-de-obra, havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas não aproveita as demais.
- d) ocorre preclusão se não forem opostos embargos declaratórios para suprir omissão apontada em recurso de revista ou de embargos.

Direito Constitucional

79 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) ao Presidente da República compete exclusivamente suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) compete privativamente à Mesa da Câmara dos Deputados suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) ao Presidente da Câmara dos Deputados compete exclusivamente suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) ao Senado Federal compete privativamente suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

80 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista na Constituição da República, tem como legitimados os mesmos para a Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- b) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista na Constituição da República, tem como legitimados os mesmos para a Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- c) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista na Constituição da República, tem por objetivo exclusivo reparar lesão a preceito fundamental resultante de lei ou ato normativo federal e estadual.
- d) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista na Constituição da República, tem por objetivo exclusivo reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato da administração federal e estadual.

81 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os Estados, o Distrito Federal e os Territórios podem ser divididos em Municípios.
- b) apenas os Estados e o Distrito Federal podem ser divididos em Municípios.
- c) apenas os Estados e os Territórios podem ser divididos em Municípios.
- d) apenas os Estados podem ser divididos em Municípios.

82 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) compete privativamente à União legislar sobre direito econômico, águas e energia.
- b) compete privativamente à União legislar sobre previdência social, direito econômico e águas.
- c) compete privativamente à União legislar sobre trânsito, previdência social e direito econômico.
- d) compete privativamente à União legislar sobre águas, energia e trânsito.

83 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a supressão do poder de veto do Presidente da República no processo legislativo poderá ser objeto de deliberação em proposta de emenda à Constituição.
- b) a extinção da Justiça Desportiva poderá ser objeto de deliberação em proposta de emenda à Constituição.
- c) o direito de impenhorabilidade da pequena propriedade rural poderá ser objeto de deliberação em proposta de emenda à Constituição.
- d) as competências legislativas do Distrito Federal poderão ser objeto de deliberação em proposta de emenda à Constituição.

84 – Sobre a guarda municipal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a Constituição da República autoriza a criação de guarda municipal pelos Municípios com o objetivo de suplementar eventual omissão do Estado em matéria de segurança pública.
- b) pode a guarda municipal, constitucionalmente autorizada, colaborar com a polícia civil na função de polícia judiciária.
- c) a proteção dos bens, serviços e instalações do Município representa o escopo da guarda municipal, conforme a Constituição da República.
- d) o Município está constitucionalmente autorizado a criar guarda municipal com o objetivo de auxiliar na preservação da ordem pública no âmbito de seu território.

85 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a assistência jurídica ao economicamente hipossuficiente é da competência do Poder Judiciário.
- b) cabe à lei complementar a definição da assistência jurídica a ser prestada pela Ordem dos Advogados do Brasil ao hipossuficiente.
- c) é de competência do Poder Executivo a assistência jurídica ao hipossuficiente.
- d) cabe à Lei Orgânica do Ministério Público disciplinar a prestação, por este órgão, da assistência jurídica ao hipossuficiente.

86 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) qualquer brasileiro pode propor ação popular.
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano.
- c) o mandado de injunção tem como pressuposto a existência de norma regulamentar.
- d) o *habeas data* não pode ser impetrado por pessoa jurídica.

87 – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) pela Teoria da Recepção, uma lei anterior à Constituição continua válida desde que com ela compatível.
- b) o Poder Constituinte Originário caracteriza-se por ser inicial e autônomo, ilimitado e incondicionado.
- c) o povo pode ser reconhecido como o titular do Poder Constituinte, mas não pode exercê-lo.
- d) as normas infraconstitucionais compatíveis com a nova Constituição geram o fenômeno da constitucionalização.

88 – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o descumprimento de lei estadual pelo Estado configura causa de intervenção federal.
- b) a não-aplicação pelo Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino, do percentual de receita exigido na Constituição configura causa de intervenção federal no Estado.
- c) o descumprimento pelo Estado de decisão judicial estadual configura causa de intervenção federal.
- d) o desrespeito da autonomia municipal pelo Estado configura causa de intervenção federal.

Direito Administrativo

89 – Sobre os vícios do ato administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) haverá vício de forma quando o agente praticar o ato visando a fim diverso daquele previsto na regra de competência.
- b) haverá ilegalidade do objeto quando ficar caracterizada a omissão ou a observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- c) o desvio de finalidade se verifica quando o agente que pratica o ato for relativamente incompetente.
- d) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.

90 – Sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Presidente da República é a autoridade competente para qualificar uma entidade privada sem fins lucrativos como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- b) uma vez qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a entidade privada sem fins lucrativos passará a fazer parte da administração pública indireta.
- c) a qualificação de uma entidade privada sem fins lucrativos como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é um ato administrativo discricionário.
- d) é vedada às entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

91 – Sobre as Parcerias Público-Privadas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a Parceria Público-Privada é o contrato administrativo de concessão, nas modalidades comum ou patrocinada.
- b) a Parceria Público-Privada, sob a modalidade de concessão administrativa, é um contrato de prestação de serviços, somente nos casos em que a administração pública figure como usuária direta dos serviços.
- c) na Parceria Público-Privada, sob a modalidade de concessão patrocinada, a administração pública poderá, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, pagar ao parceiro privado uma contraprestação pecuniária.
- d) o prazo de vigência de uma Parceria Público-Privada jamais poderá ser inferior a 20 (vinte) anos.

92 – Sobre a aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os servidores públicos, em todos os casos que resultem em invalidez permanente, serão aposentados com proventos integrais.
- b) os servidores públicos serão aposentados compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- c) é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de previdência dos servidores públicos.
- d) o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria.

93 – Sobre o controle judicial do mérito do ato administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o mérito do ato discricionário não está sujeito ao controle judicial.
- b) o mérito está sujeito ao controle judicial, desde que seja referente a um ato administrativo vinculado.
- c) pelo princípio da separação dos poderes, o Poder Judiciário somente tem o controle de mérito dos atos administrativos vinculados.
- d) o mérito do ato administrativo está sujeito ao controle judicial, pois somente o Poder Judiciário pode revogar os atos administrativos discricionários.

Direito Tributário e Processo Tributário

94 – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) denominam-se vinculados os impostos de competência da União, cuja instituição depende de prévia lei complementar.
- b) o lançamento acarreta a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- c) aplica-se, em direito tributário, o princípio de que dívidas e créditos compensam-se automaticamente até o montante em que concorrerem.
- d) somente possuem competência tributária as pessoas físicas.

95 – Analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**:

I – A anistia determina a exclusão do crédito tributário.

II – A conversão de depósito em renda determina a extinção do crédito tributário.

III – As reclamações apresentadas nos termos das leis que regem o processo administrativo tributário, determinam a suspensão do crédito tributário.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas;
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas;
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas;
- d) todas as afirmativas estão corretas.

96 – Sobre a aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: 1º a equidade; 2º a analogia; 3º os princípios gerais de direito tributário e; 4º os princípios gerais de direito público.

b) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, assim como para a definição dos respectivos efeitos tributários.

c) interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário.

d) a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

97 – Sobre o pagamento tributário e pagamento indevido, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) o crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

b) quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 60 (sessenta) dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.

c) prescreve em 5 (cinco) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição do tributo indevidamente pago.

d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

98 – De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) compete aos Municípios instituir imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, de direitos reais sobre imóveis, inclusive os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

b) compete aos Municípios instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, que poderá ser progressivo em razão da localização e do uso do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com o valor do imóvel.

c) cabe à lei complementar excluir as exportações de serviços para o exterior da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos Municípios.

d) as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos Municípios poderão ser fixadas mediante decreto, desde que observados os limites da lei complementar.

99 – De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) é permitido à União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

b) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

c) é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

d) é facultado ao Poder Executivo da União, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas do Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

100 – De acordo com a Constituição da República, no que se refere ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação.
- b) o imposto incidirá, em qualquer caso, sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços.
- c) o imposto não incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, sendo vedada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- d) o imposto compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

Anote aqui o seu gabarito e destaque.

- | | |
|------|-------|
| 01 - | 51 - |
| 02 - | 52 - |
| 03 - | 53 - |
| 04 - | 54 - |
| 05 - | 55 - |
| 06 - | 56 - |
| 07 - | 57 - |
| 08 - | 58 - |
| 09 - | 59 - |
| 10 - | 60 - |
| 11 - | 61 - |
| 12 - | 62 - |
| 13 - | 63 - |
| 14 - | 64 - |
| 15 - | 65 - |
| 16 - | 66 - |
| 17 - | 67 - |
| 18 - | 68 - |
| 19 - | 69 - |
| 20 - | 70 - |
| 21 - | 71 - |
| 22 - | 72 - |
| 23 - | 73 - |
| 24 - | 74 - |
| 25 - | 75 - |
| 26 - | 76 - |
| 27 - | 77 - |
| 28 - | 78 - |
| 29 - | 79 - |
| 30 - | 80 - |
| 31 - | 81 - |
| 32 - | 82 - |
| 33 - | 83 - |
| 34 - | 84 - |
| 35 - | 85 - |
| 36 - | 86 - |
| 37 - | 87 - |
| 38 - | 88 - |
| 39 - | 89 - |
| 40 - | 90 - |
| 41 - | 91 - |
| 42 - | 92 - |
| 43 - | 93 - |
| 44 - | 94 - |
| 45 - | 95 - |
| 46 - | 96 - |
| 47 - | 97 - |
| 48 - | 98 - |
| 49 - | 99 - |
| 50 - | 100 - |